

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy  
Sandra Aparecida Machado Polon  
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy  
Sandra Aparecida Machado Polon  
(Organizadoras)

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

---

Atena Editora  
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>
---

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i> .....	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i> .....	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i> .....	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i> .....	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i> .....	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i> .....	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i> .....	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i> .....	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i> .....	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i> .....	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i> .....	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i> .....	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i> .....	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i> .....	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i> .....	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i> .....	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i> .....	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i> .....	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i> .....	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i> .....	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i> .....	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i> .....	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

## **CAPÍTULO IV**

### **AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

---

**Lívia Cristina Ribeiro dos Reis**

# AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**Lívia Cristina Ribeiro dos Reis**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Goiânia - Goiás

**RESUMO:** Considerando a lacuna existente na literatura nacional no tocante à relevância e centralidade dos agentes de implementação, entende-se que o tema merece maior atenção, visando compreender a atuação desses atores e suas influências sobre os processos de produção de políticas e ações governamentais. Nesse sentido, o presente trabalho discorre sobre o conceito de política pública, contextualiza algumas vertentes teóricas que representam possibilidades analíticas sobre o tema, apresenta considerações específicas sobre a fase de implementação e situa o olhar da literatura no tocante aos agentes implementadores, sugerindo uma maneira de analisar políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; implementação; agentes de implementação.

## 1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais as políticas públicas têm sido objeto de estudo do campo acadêmico brasileiro, sob diversas perspectivas e abordagens: cenários políticos que antecedem a formulação, aspectos históricos definidores de seus formatos, efeitos e resultados alcançados, entre outros.

Apesar do avanço quantitativo e qualitativo dos estudos sobre políticas públicas, algumas discussões importantes demandam maior atenção por parte dos pesquisadores. Entre tais discussões observa-se, por exemplo, o caso dos atores que atuam nos processos de implementação. Tal debate consiste em uma lacuna atual nas análises sobre as políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao papel e à importância dos agentes de implementação.

Considerando essa lacuna existente na literatura nacional no tocante à relevância e centralidade dos agentes de implementação, entende-se que o tema merece maior atenção nas análises de políticas públicas, visando compreender a atuação deles e suas influências sobre os processos de produção de políticas e ações governamentais. Quem são esses atores? O que fazem? Como atuam? Com quem se relacionam e de que forma influenciam a gestão de políticas públicas?

## 2. O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?

Compreender a constituição de uma área do conhecimento é importante para



entender seus desdobramentos, trajetórias e perspectivas. O estudo de políticas públicas, especialmente na área educacional, implica reflexões sobre a complexidade dos elementos conceituais, epistemológicos e metodológicos bem como as consequências destas políticas no contexto social, político e econômico do país.

Souza (2006) define as políticas públicas como um campo multidisciplinar, derivado da Ciência Política, que busca explicações sobre a natureza da política pública e seus processos visando compreender como e por que os governos optam por determinadas ações. A autora compreende a política pública como campo holístico, ou seja, território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos, comportando assim vários “olhares”.

À margem dos conflitos conceituais e considerando o âmbito teórico, Hofling (2001, p.31) defende um olhar mais amplo sobre o conceito de política pública que não se concentra só em quem elabora a política, mas na origem do problema e nos atores envolvidos.

As políticas públicas compreendem um conjunto de procedimentos destinados a mediar e/ou solucionar conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. São intervenções contextualizadas aos diferentes problemas e demandas sociais que se estruturam a partir de uma realidade concreta: ações para garantir direitos sociais ou responder questões conflituosas, tensões, carências, disputas, etc. Nesse sentido, representam ações intencionais dos governos, com objetivos que podem ser alcançados a curto, médio ou longo prazo.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] Após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p.26).

Toda estratégia governamental tem um pano de fundo (decisões, escolhas, caminhos). Para que se entendam as “Políticas Públicas” – em especial, as de cunho social –, faz-se importante compreender a relação destas com o Estado, onde, em síntese, caracteriza o conjunto de instituições permanentes que viabilizam a ação do Governo. Este, por sua vez, é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade apresenta para a sociedade como um todo, consubstanciando um norteador político de um governo que toma para si as funções de Estado por um determinado período.

É importante refletir sobre a relação entre Estado, Governo e políticas públicas, pois o “processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que

perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (HOFLING, 2001, p. 38).

Por excelência, o lócus de concretização de políticas públicas é o âmbito das inter-relações entre estado, política, economia e sociedade. As funções assumidas pelo estado e as formas de sua intervenção na sociedade apresentam relação direta com o modo capitalista de acumulação. Nessa perspectiva, as políticas públicas refletem contradições e descompassos entre estado e sociedade. Isso acontece porque diferentes interesses estão envolvidos desde a formulação até a materialização da política pública.

Sendo assim, a análise de políticas implementadas por um governo deve considerar fatores de diferentes perspectivas: históricos, políticos, econômicos, visando captar elementos que possibilitem uma interpretação coerente do objeto de estudo.

As políticas públicas (policies) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (politics), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia (RUA, 2009, p. 36).

Dessa forma, entende-se que as políticas públicas envolvem vários atores e níveis de decisão e por esse motivo não devem ser consideradas apenas como resultado de definições normativas, leis e regras restritas ao campo político/administrativo. Elas são constituídas por processos dinâmicos e complexos de interações entre atores, ideias, práticas, intenções, omissões, decisões e recursos envolvidos que não se revelam em análises engessadas.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS**

O objetivo desse tópico é apresentar, mesmo que resumidamente, um panorama de algumas perspectivas, abordagens, modelos e teorias analíticas utilizadas no campo de políticas públicas. Conferimos destaque às políticas educacionais, as quais necessariamente se constituem em espaços de disputas, requerendo assim orientações teóricas e metodológicas que possibilitem a compreensão dos diversos ângulos existentes.

A análise de políticas públicas pode ser entendida como um conjunto de observações, de caráter descritivo, interpretativo, explicativo e/ou normativo, acerca de uma determinada política a ser estudada. Pode ter por objetivo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, como apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas (RUA, 2009). Nesse sentido, é fundamental entender que

A importância deste campo é que ele nos permite compreender a conformação das políticas públicas em geral (nacional, estadual ou municipal) e a complexidade que a ela é intrínseca. A Análise de Política, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de

formulação da agenda e da política, busca entender o porquê e para quem aquela política foi elaborada, e não só olhar o conteúdo da política pública em si (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 122).

Os estudos dedicados à análise de políticas públicas avançaram nas últimas décadas, buscando superar padrões analíticos que se limitavam aos parâmetros de eficácia, eficiência e resultados. Tais enfoques se mostraram insuficientes para dar conta da complexidade de elementos constitutivos do longo processo que vai da agenda propositiva de uma determinada política, passa pela sua formulação e definição normativa, segue por sua implementação até chegar à avaliação desse ciclo.

Entre as várias áreas de conhecimento, diversos formatos analíticos e explicativos foram desenvolvidos para estudar políticas públicas. O intercâmbio teórico entre a administração pública, a ciência política, a sociologia, a economia e outras áreas do conhecimento, tem fomentado o desenvolvimento de referenciais analíticos que possibilitam uma melhor compreensão do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Em artigo que apresenta uma revisão da literatura sobre o tema, a pesquisadora Celina Souza (2006) mapeou os principais modelos de formulação e análise de políticas públicas desenvolvidos e/ou utilizados por diversos autores, conforme exposto a seguir:

Quadro 1: Modelos de formulação e análise de políticas públicas.

MODELO	AUTORES	SÍNTESE
O tipo da política pública	Theodor Lowi (1964; 1972)	Cada tipo de política encontrará diferentes formas de apoio e de rejeição e as disputas decisórias passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos: distributiva, regulatória, redistributiva ou constitutiva.
Incrementalismo	Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavisky (1992)	Os recursos governamentais para uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças nos programas públicos.
O ciclo da política pública	Literatura ampla e diversificada.	O ciclo da política pública é constituído por estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.
Modelo “garbage can”	Cohen, March e Olsen (1972)	As organizações constroem as preferências para a solução dos problemas (ação) e não, as preferências constroem a ação. A compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro.
Coalizão de Defesa	Sabatier e Jenkins-Smith (1993)	Política pública concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articula com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos

		de cada política.
Arenas Sociais	Marques (2000)	Para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. Aí entram em cena os <i>policy makers</i> do governo e a <i>policy community</i> , comunidade de especialistas.
Modelo de “equilíbrio interrompido”	Baumgartner e Jones (1993)	Se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores. Os subsistemas de uma política pública permitem ao sistema político-decisório processar as questões de forma paralela, ou seja, fazendo mudanças a partir da experiência de implementação e de avaliação, e somente em períodos de instabilidade ocorre uma mudança mais profunda.
Modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal	Olson (1965)	A eficiência passou a ser vista como o principal objetivo, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições “independentes”. Estes novos formatos, que guiam o desenho das políticas públicas mais recentes, ainda são pouco incorporados nas pesquisas empíricas.

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir de Souza (2006).

Existe consenso sobre a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre as abordagens utilizadas para investigar políticas educacionais no Brasil. O desafio que se coloca aos pesquisadores consiste em buscar caminhos epistemológicos, teóricos e metodológicos que possam garantir a cientificidade dos estudos das políticas educacionais sob diversos enfoques e perspectivas.

No tocante às pesquisas em políticas educacionais, observamos algumas tendências analíticas e metodológicas no Brasil, entre elas situando-se o “**Ciclo da Política Pública**” e a “**Abordagem do Ciclo de Políticas**”.

Entende-se que nenhuma metodologia é superior às demais, visto que não há um modelo completamente “correto” e outro “equivocado” em sua totalidade. É necessário compreender que eles constituem caminhos para uma pesquisa, cada um com suas características, contribuições e limitações. A grande questão é entender como e por que escolher um ou outro caminho: questionar suas potencialidades e fragilidades.

Diversos autores questionam os modelos que analisam as políticas isoladamente e desconsideram os diversos contextos envolvidos. Stephen Ball e Richard Bowe (1992) estão entre os que “rejeitam os modelos de política educacional que separam as fases da formulação e implementação porque eles ignoram as disputas e os embates sobre a política e reforçam a racionalidade do processo de gestão” (MAINARDES, 2006, p. 49).

Em suas considerações sobre o tema, Mainardes (2009, p. 6) observa que “as abordagens convencionais e lineares da análise de políticas parecem ter sido mais fortemente incorporadas nas pesquisas e publicações brasileiras do que as

abordagens críticas e dialéticas”.

Sendo assim, parece fundamental que o debate metodológico seja ampliado, buscando novos rumos nas pesquisas. Caminhando nesse sentido, Stephen Ball e Richard Bowe (1992) formularam a abordagem do ciclo de políticas (policy cycle approach), considerada como um método, uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas. Interessante observar que no espanhol o termo cunhado por Ball para denominar o seu método foi traduzido como “estudios de trayectorias de políticas”, o qual parece se aproximar mais do pensamento do autor, visto que o termo “ciclo” remete ao imaginário de fases (algo linear) e o termo “trajetória” conota algo processual e dinâmico.

Trata-se de uma proposta analítica constituída por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Tais contextos não constituem uma sequência linear; estão relacionados entre si. Nessa abordagem a linearidade e o reducionismo de outros modelos analíticos dão espaço à interpretação crítica e dialética do complexo processo histórico, político, econômico e cultural.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (MAINARDES, 2006, p. 49).

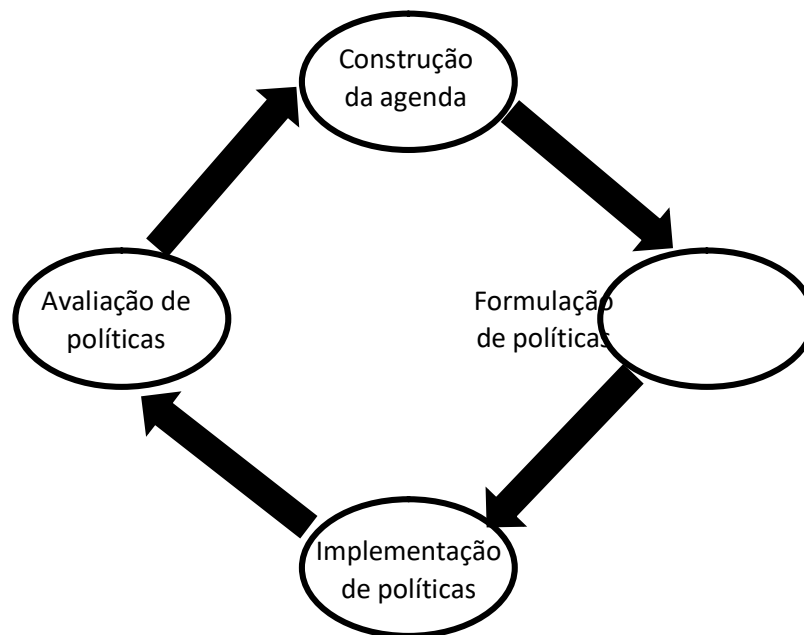
Dessa maneira, a abordagem do ciclo de políticas busca contemplar os espaços de implementação como lócus de (re)interpretação dos sentidos e significados das políticas. Sobre isso, Mainardes e Gandin (2013) explicam que as políticas não são meramente implementadas. Elas são reinterpretadas, recriadas no contexto da prática, por meio de ajustes, adaptações e criações. Nesse sentido, nota-se a visibilidade conferida aos agentes de implementação, visto que são eles que materializam a política nos diversos contextos.

O clássico “Ciclo da Política Pública” é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais no processo constitutivo de uma política. Tal modelo é basicamente constituído pelos seguintes estágios: 1) definição de agenda; 2) formulação da política (identificação de alternativas e tomada de decisão); 3) implementação; 4) avaliação.

Nesse caso, as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas. [...] Na concepção do ciclo de políticas, a política pública é considerada a resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Essa visão conduz os estudiosos a examinar como as decisões são ou poderiam ser tomadas e permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, e o comportamento dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas (RUA, 2009, p. 37).

No Brasil, tal modelo é empregado tanto nos estudos das políticas públicas em geral quanto das políticas educacionais. Alguns seguem rigorosamente o formato analítico fragmentado em etapas. Outros fazem pequenas adaptações, trazendo a ideia de “fases” ou “estágios” de maneira mais flexível e contextualizada. Na literatura brasileira sobre abordagens metodológicas em políticas públicas, observa-se o entendimento de quatro fases ou etapas da política:

Figura 1: Modelo Clássico de Ciclo de Políticas.



Fonte: Elaboração Própria

- **Agenda:** é o processo político decisório de assuntos a serem debatidos na sociedade. A formação da agenda se constitui através do reconhecimento de determinada situação como um problema social e a sua discussão passa a integrar as atividades de grupos dentro e fora do governo.
- **Formulação:** elaboração da política e dos seus planos, projetos e programas. As propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados visando uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas.
- **Implementação:** materialização da política na prática, ou seja, a política em ação. Consiste em um conjunto de decisões e ações a respeito da operacionalização da política. As decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção prática na realidade.
- **Avaliação:** análise de resultados das políticas implementadas. Trata-se de um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Normalmente destina-

se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos.

Para cada uma das etapas, há diversos debates teóricos e correntes diferentes, que buscam compreender como as políticas públicas são (bases empíricas) e/ou como elas deveriam ser (bases normativas). Embora na prática as fases de agenda, formulação, implementação e avaliação não sejam tão claras e muitas vezes até sobrepostas, metodologicamente ajudam na compreensão e na análise (SOUZA, 2006).

A presente pesquisa buscou contribuições do clássico Ciclo de Políticas para estudar a experiência de implementação da Lei 11.892/2008 no Instituto Federal de Goiás. Essa opção se justifica pelo fato desse modelo viabilizar o estudo da etapa da política pública que é o interesse desse estudo: a implementação. Além disso, trata-se de uma abordagem bastante utilizada em pesquisas referentes às políticas sociais no Brasil, inclusive na área educacional.

#### **4. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Conforme demonstrado no tópico anterior, a formulação de uma política pública geralmente culmina na regulamentação normativa de diretrizes norteadoras e do estabelecimento de metas e objetivos. Por sua vez, a implementação corresponde a uma fase na qual são desenvolvidas atividades operacionais pelas quais se pretende alcançar os objetivos da política.

No sentido literal, implementação significa o estabelecimento de providências concretas para execução. Diz respeito a um conjunto de ações direcionadas ao cumprimento dos objetivos e finalidades da política pública. Implementar é tirar do papel e colocar efetivamente em prática.

Segundo Hill (2006), a implementação refere-se a objetivos específicos, à tradução, na prática, das políticas que emergem do complexo processo decisório. Nesse sentido, a implementação é constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.

Arretche (2001) assinala que a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por contínuas transformações. Nesse contexto, torna-se fundamental analisar uma política pública na fase de implementação, examinando sua engenharia institucional e os mecanismos constitutivos dos programas dela decorrentes, analisando suas escolhas, verificando se essas observaram as diretrizes e intenções estabelecidas pelos formuladores.

Até algumas décadas atrás, os estudos sobre implementação eram focados nos processos decisórios e hierárquicos, nas ações “de cima para baixo”. Não havia

a interpretação da política pública como um processo vivo e dinâmico, desconsiderando a participação de atores importantes no processo.

Segundo Rus Perez (2010), antigamente a ideia de implementação se restringia ao “cumpra-se” da política, pressupondo o entendimento de que as políticas públicas eram formuladas e legitimadas pelos superiores e a decisão de uma autoridade seria automaticamente cumprida em todas as esferas. O autor destaca que atualmente os estudos evidenciam a importância da inter-relação dos distintos níveis de governo com as políticas, contrapondo-se à ênfase na decisão de uma única autoridade, explicitando a atuação dos diversos atores (resistências e adesões).

As novas perspectivas teórico-metodológicas passaram a sugerir que a implementação deveria ser considerada como parte do processo político, “envolvendo barganha e negociação entre os que querem colocar a política em ação e aqueles de quem as ações dependem” (LOTTA, 2014, p,192).

Considerando o interesse investigativo dessa dissertação, localizamos os estudos de Hill (2006), os quais destacam a importância da implementação no processo de constituição da política pública e apresentam duas abordagens analíticas predominantes na literatura sobre implementação: *top-down* (de cima para baixo) e *bottom-up* (de baixo para cima).

*Top-down* é um modelo que atribui centralidade às normas e planos, enfatizando características da estrutura normativa e variáveis relacionadas à hierarquia organizacional. Prioriza os processos de formulação da política em detrimento da implementação. Nesse sentido, a formulação estaria ligada às decisões, apresentando natureza política. Já a implementação diria respeito à operacionalização, dotada de natureza meramente administrativa. Na perspectiva *top-down* os formuladores intentam regular a atividade dos implementadores, visando evitar distorções entre o plano e a realidade.

O modelo denominado *bottom-up* confere centralidade aos atores e ações. Enfatiza variáveis relacionadas às condições locais de materialização da política pública e à atuação dos agentes implementadores. Contempla os espaços de implementação como lócus de (re)interpretação dos sentidos e significados das políticas. De acordo com o modelo *bottom-up*, as políticas são reinterpretadas e recriadas pelos implementadores, por meio de ajustes, adaptações e criações.

Os modelos apresentados demonstram potencialidades e fragilidades analíticas. O primeiro confere demasiada ênfase à estrutura normativa e o segundo valoriza exclusivamente os atores. O modelo *top-down* ignora as importantes influências provenientes da atuação dos agentes implementadores e o *bottom-up* não reconhece a legitimidade dos planos e normas. Diante desses extremos parece coerente apresentar uma proposta analítica na qual seja possível conciliar as potencialidades dos dois modelos e minimizar suas fragilidades.

Acreditamos que a trajetória e conformação do processo de implementação são influenciadas pelas características e o conteúdo do plano, pelas estruturas e dinâmicas dos espaços organizacionais e pelas ideias, valores e as concepções de mundo dos atores implementadores.



Isso pressupõe o seguinte: esses atores exercem sua discricionariedade, com base em sistemas de ideias específicos; as normas organizacionais formais e informais constroem e incentivam determinados comportamentos; por último, o plano é um ponto de partida que será interpretado e adaptado às circunstâncias locais. Nesse quadro, as variáveis cognitivas recebem destaque, pois atuam como mediadoras entre as intenções contidas no plano e sua apropriação nos espaços locais (LIMA; D'ASCENZI, 2013, p. 109).

Concordando com os autores, parece pertinente conceber a implementação como um processo de interação entre a estrutura normativa e os elementos dos espaços locais. Ou seja, a implementação será constituída tanto pelas determinações expressas nos planos quanto pelas ideias, concepções e práticas dos atores envolvidos.

## 5. AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS

Rua (2009) explica que diversos “atores políticos” integram o processo das políticas públicas. São aqueles cujos interesses poderão ser afetados, positiva ou negativamente, pelos rumos tomados por uma determinada política pública. Podem ser indivíduos, grupos ou organizações, dividindo-se entre atores públicos e atores privados. A autora distingue os atores públicos como aqueles que exercem funções públicas e mobilizam recursos associados a estas funções, identificando duas categorias:

**Políticos:** são aqueles atores cuja posição resulta de mandatos eletivos. Por isso, sua atuação é condicionada principalmente pelo cálculo eleitoral e pelo pertencimento a partidos políticos. São os parlamentares, governadores, prefeitos e membros eleitos do Executivo federal.

**Burocratas:** devem a sua posição à ocupação de postos de trabalho que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de cargos públicos. São burocratas todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais que possuem esses atributos. Compreendem gestores de alto escalão, chefias intermediárias, e um vasto exército de servidores situados na base da administração pública, aparentemente sem grandes recursos de poder, que estão em contato direto e permanente com os cidadãos (RUA, 2009, p. 39).

A literatura brasileira atribui diversas nomenclaturas àqueles que lidam com a implementação de políticas públicas: agentes implementadores, atores, burocratas de nível de rua, burocratas de médio escalão, burocratas de alto escalão, entre outros. Nesse trabalho optamos pelo termo que consideramos de maior abrangência - agentes de implementação - conferindo assim um caráter mais geral às nossas reflexões.

Há uma vasta literatura que trata sobre os estudos de implementação de políticas, porém os trabalhos derivados de Lipsky (1980) deram particular importância aos agentes de implementação. São os que atuam no nível de frente da

política, os que fazem a ligação entre o que é decidido no nível macro e a entrega da política. Muitos desses agentes não manejam recursos, não pertencem ao circuito de decisão, mas tem um papel decisivo para o sucesso da política.

Lotta (2014) propõe um olhar aos agentes implementadores, buscando demonstrar como exercem sua discricionariedade e estabelecem interações. Nessa visão, a implementação é vista como um processo dinâmico que vai além das decisões tomadas pelos formuladores ou por atores individuais nas políticas. A autora enfatiza que dependendo da ação, discricionariedade e interação ocorrida no processo, teremos formas de implementação diferentes. Nesse sentido, os agentes de implementação exercem papel importante, seja o de questionar o nível *top-down* ou tornar mais factível o nível *bottom-up*.

Os agentes de implementação devem converter as políticas em bens e serviços concretos. Tal conversão muitas vezes consiste em um complexo desafio, tendo em vista a necessidade de decifrar as intenções dos formuladores. Em muitos casos, as políticas públicas apresentam lacunas, conflitos e coisas vagas, faltando orientações claras, guias práticos ou diretrizes efetivas. Esses processos acabam dificultando a atuação dos implementadores.

Nesse sentido, as leis, os planos e os documentos de uma política pública podem constituir-se como um caminho a ser seguido ou um obstáculo a ser contornado pelos implementadores. Trata-se de um processo complexo: a materialização daquilo que está determinado nos documentos oficiais, ou seja, tornar concreto o que era abstrato.

Sendo assim, estudar a implementação de uma política não pode consistir em mera descrição aligeirada de um determinado cenário. Entre as intenções e omissões dos formuladores e as práticas concretas dos implementadores existem elementos importantes para compreender a política analisada.

Observa-se então que a atuação dos agentes de implementação nas políticas públicas transforma as mesmas. Sendo assim, a análise do trabalho desses agentes pode nos ajudar a compreender como as políticas verdadeiramente se efetivam, quais suas consequências, impactos e resultados.

A etapa de implementação de uma política pública conta com dois grupos de atores situados em pontos distintos: agentes implementadores de nível intermediário, responsáveis pela definição das diretrizes operacionais e agentes implementadores de nível local, encarregados da execução dos programas, traduzindo diretrizes em medidas concretas de intervenção na realidade.

A literatura tem dedicado pouca atenção a um conjunto de atores que, por ocupar uma posição intermediária, se situa em uma fronteira conceitual entre as abordagens *top-down* e *bottom-up*. Os burocratas de médio escalão são os gerentes, dirigentes, supervisores, coordenadores e uma série de outras nomenclaturas de cargos em estruturas organizacionais que designam uma posição intermediária entre o topo e a base. Eles são responsáveis pela condução do processo de materialização das estratégias estabelecidas pela estrutura normativa da política pública.

Lotta, Pires e Oliveira (2014), através de um amplo levantamento da literatura

nacional e internacional a respeito dos burocratas de médio escalão, demonstraram que a produção teórica sobre o tema é parca e incipiente, apontando um conjunto de lacunas que devem ser ainda superadas por estudos empíricos. Os autores afirmam que poucos são os estudos voltados a compreender a burocracia intermediária que gerencia os burocratas de nível de rua e que faz o elo entre implementadores e os formuladores.

Por enquanto, os burocratas de médio escalão ainda não têm recebido tratamento analítico de destaque na literatura brasileira. Em função disto, alguns estudos vêm se dedicando a entender o papel desse grupo no processo de produção de políticas públicas. Nessa perspectiva, já se sabe que eles desempenham funções importantes na transformação de objetivos sociais e políticos em programas e projetos a serem executados pelos órgãos governamentais.

Tais atores guardam a responsabilidade de determinar o que a política pública significa na prática e, além disso, como ela deve ser exercida. Sendo assim, trata-se de um grupo fundamental à implementação de políticas públicas, pois influenciam as estratégias institucionais, defendem ideias e exercem papel importante na (re)elaboração das finalidades e objetivos da política.

Definidos como aqueles que interagem tanto com o alto escalão quanto com a burocracia implementadora, detentores de conhecimento técnico para a liderança dessa, bem como de habilidade de diálogo técnico e político com a burocracia formuladora, os burocratas de médio escalão são, portanto, peças-chave do complexo emaranhado de interações que envolvem a implementação de políticas públicas. Isto é, o foco na atuação desses agentes e nas relações que se estabelecem a partir deles expande nossas capacidades de compreender os processos de produção de políticas públicas (LOTTA; PIRES; OLIVEIRA, 2014, p. 486).

Para fazer com que as políticas elaboradas sejam colocadas em prática, os agentes intermediários de implementação tem a função primordial de traduzir decisões em ações, converter planos em práticas. Nesse sentido, analisar o nível de compreensão/adesão desses atores à política, implica observar aspectos específicos de suas ideias e práticas, buscando entender sob quais condições e com quais estratégias eles fazem a diferença no processo de implementação.

É fundamental ressaltar a significativa discricionariedade e autonomia que caracterizam a atuação dos burocratas de médio escalão. O grau de influência desses atores depende de variáveis como: concepções políticas; cargo ou posição estratégica no organograma institucional; habilidades nas relações interpessoais; experiência prática e/ou discernimento teórico para compreensão do contexto político organizacional.

É importante destacar também a natureza da atuação dos gestores de médio escalão, caracterizada pela responsabilidade de conduzir processos decisórios, respaldados por critérios de natureza técnica (conhecimentos, experiências) e de natureza política (concepções político-partidárias, crenças, valores). Também é necessário apreender as dimensões da relação dos burocratas de médio escalão com a política pública, as quais se configuram ora de maneira direta/centralizada,

ora de forma indireta/descentralizada.

Dessa forma, os burocratas de médio escalão se situam em posição estratégica, tanto do ponto de vista prático, dada sua posição na estrutura organizacional e suas prerrogativas, quanto do ponto de vista teórico, entre as abordagens que enfocaram o alto escalão e aquelas que problematizaram o chamado “nível da rua”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa integra um conjunto de trabalhos pautados no comprometimento ético com a investigação, contribuindo dessa maneira para a ampliação de conhecimentos sobre a educação brasileira. O objetivo não foi esgotar a discussão sobre o tema, mas explorar elementos sobre os diversos ângulos possíveis para a análise da atuação dos agentes de implementação de políticas educacionais.

Os estudos voltados aos agentes de implementação possibilitam um ponto de vista privilegiado no processo de conhecimento dos serviços governamentais, especialmente no tocante à implementação das políticas públicas.

O olhar investigativo aos sujeitos diretamente responsáveis pela implementação pode trazer à tona dilemas individuais desses atores, dando visibilidade à práxis que permeia o cotidiano da materialização de uma política. Trata-se de um olhar apurado visando conhecer não somente questões relacionadas aos resultados das políticas públicas, mas também aos diversos aspectos do relacionamento entre formuladores, implementadores e os cidadãos.

Registra-se a necessidade de avançar no que diz respeito à análise do papel dos agentes de implementação da política educacional, estudando os sentidos atribuídos às falas, aos discursos, aos conteúdos, práticas e às representações dos sujeitos advindos de sua experiência na formulação e implementação de políticas, sempre considerando o contexto histórico, político, social, econômico e cultural.

Diante do que foi exposto, entendemos que pesquisas dessa natureza podem fundamentar e subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas na área educacional, o que representa contribuições para a construção de novas perspectivas que beneficiem todos os sujeitos envolvidos: alunos, professores, gestores e as comunidades locais.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M.; CARVALHO, M. (orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies**

in policy sociology. London: Routledge, 1992.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: **Políticas Públicas**: Volume 2. Brasília: ENAP, 2006.

HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, a. XXI, n. 55, nov. 2001.

LIMA, L.; D'ASCENZI, L. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 21, núm. 48, 2013.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. New York, Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 65, Jul./Dez. 2014.

LOTTA, G.; PIRES, R.; OLIVEIRA, V. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**. Vol. 65, nº 4 Out/Dez 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, v. 9 n. 1, p.4-16. Itajaí, jan./abr. 2009.

MAINARDES, J; GANDIN, L. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M. (Orgs.) **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

RUA, M. **Políticas públicas**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Florianópolis, 2009.

RUS PEREZ, J. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010.

SERAFIM, M.; DIAS, R. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, V.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

## Sobre as organizadoras

**MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

**SANDRA APARECIDA MACHADO POLON** Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

## Sobre os autores

**ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA** Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: [ale2013oliveira@gmail.com](mailto:ale2013oliveira@gmail.com)

**ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI** Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

**AMANDA MAXIMO SILVA** Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: [amanda\\_maximo@hotmail.com](mailto:amanda_maximo@hotmail.com)

**ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA** Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

**ANA PAULA SOUZA BÁFICA** Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

**ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO** Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

**BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA** Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: [bartolomeu.sousa@gmail.com](mailto:bartolomeu.sousa@gmail.com)

**CLAUDIA ALVES DA SILVA** Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

**CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES** Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: [claudioof@gmail.com](mailto:claudioof@gmail.com)

**DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ** Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: [darluceaq@hotmail.com](mailto:darluceaq@hotmail.com)

**EDNACELI ABREU DAMASCENO** Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e



saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: [ednaceli@yahoo.com.br](mailto:ednaceli@yahoo.com.br)

**EMILLY GANUM AREAL** Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

**GERMANA COSTA PAIXÃO** Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: [germana.paixao@uece.br](mailto:germana.paixao@uece.br)

**GILDECI SANTOS PEREIRA** Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: [gil.bela@hotmail.com](mailto:gil.bela@hotmail.com)

**HERCULES GUIMARÃES HONORATO** Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: [hghhhma@gmail.com](mailto:hghhhma@gmail.com)

**IRANDI PEREIRA** Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: [irandip@gmail.com](mailto:irandip@gmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

**JANE RANGEL ALVES BARBOSA.** Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

**JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA** Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

**JORGE FERNANDES** Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

**JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO** Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: [nelson.arruda@uece.br](mailto:nelson.arruda@uece.br)

**JUCELI BENGERT LIMA** Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: [juceli.bengert@fundaj.gov.br](mailto:juceli.bengert@fundaj.gov.br)

**LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: [liviacristinarr@hotmail.com](mailto:liviacristinarr@hotmail.com)

**LÚCIA DE FÁTIMA MELO** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

**LUIS CARLOS SALES** Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

**LUZINETE BARBOSA LYRIO** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

**MANOEL ZÓZIMO NETO** Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

**MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES** Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

**NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA** Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: [noadia.pereira@ufu.br](mailto:noadia.pereira@ufu.br)

**ODETE DA CRUZ MENDES** Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

**PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES** Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: [patricia.simoese@fundaj.gov.br](mailto:patricia.simoese@fundaj.gov.br).

**RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO** Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: [raicribeiro@ig.com.br](mailto:raicribeiro@ig.com.br)

**ROSA ELISA MIRRA BARONE** Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: [rebarone@uol.com.br](mailto:rebarone@uol.com.br)

**ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA** Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: [rosecleia.ufmt@gmail.com](mailto:rosecleia.ufmt@gmail.com)

**SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS** Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

**SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA** Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493